



Revista Portuguesa de Estudos
Regionais

E-ISSN: 1645-586X

rper.geral@gmail.com

Associação Portuguesa para o
Desenvolvimento Regional
Portugal

Loupa Ramos, Isabel

Cenários para a paisagem rural: contributo para uma discussão à escala local

Revista Portuguesa de Estudos Regionais, núm. 20, 2009, pp. 127-135

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional

Angra do Heroísmo, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514351895010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CENÁRIOS PARA A PAISAGEM RURAL: CONTRIBUTO PARA UMA DISCUSSÃO À ESCALA LOCAL

Isabel Loupa Ramos - CESUR - Instituto Superior Técnico - E-mail: isa.ramos@civil.ist.utl.pt

RESUMO:

A paisagem encontra-se em transformação contínua podendo a sua dinâmica ser entendida como um processo de transformação decorrente das relações que se estabelecem entre a sociedade, as suas características sócio-demográficas, os seus valores e as suas actividades económicas, os contextos políticos e institucionais presentes, e o espaço onde se inscreve. Procura-se, assim, identificar para as paisagens rurais remotas quais os factores (drivers) que podem vir a determinar a sua transformação. Face à incerteza que estas enfrentam, sobretudo associada ao declínio da actividade agrícola, recorre-se a cenários exploratórios de paisagem no sentido de construir futuros plausíveis. Após a discussão com os agentes locais face às suas expectativas, os cenários exploratórios de paisagem podem servir de base à definição de “Objectivos de Qualidade de Paisagística”, em consonância com a Convenção Europeia da Paisagem e, deste modo, constituir um ponto de partida para a mobilização dos agentes locais.

Palavras-chave: Paisagem, cenários exploratórios, Factores de mudança, Convenção Europeia da Paisagem.

Códigos JEL: R14

ABSTRACT:

Landscape change is a continuous process. These changes depend on policy options, but also on the prevailing values in society. As landscape values change, policy shifts, which may lead to socio-economic changes. In this context, this paper aims at identifying the present drivers of landscape change in remote rural areas. In these marginal landscapes the role of agriculture is being altered under the influence of the new rationale of the Common Agriculture Policy. Therefore agriculture policies may not be the major driving force of landscape change in the future. Though the development of ‘exploratory landscape scenarios’, plausible landscape futures are formulated that aim at setting the basis for discussions with the public regarding their aspirations for their landscape. This approach relates strongly with the European Landscape Convention which proposes that landscape policies and plans should be based on the definition of “Landscape Quality Objectives” that are the expression of perceived desires and threats towards the future the landscape.

Key Words: Landscape, Exploratory scenarios, Drivers of change, European Landscape Convention.

JEL codes: R14

A abrangência do conceito de paisagem encontra-se expressa na Convenção Europeia da Paisagem de forma simples e integradora, “*como uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos*”. Cada paisagem tem uma ‘assinatura’ e um carácter próprio, que lhe é imprimido pelo diálogo permanente entre a sociedade e os componentes ambientais, não sendo negligenciável o contexto político em que as sociedades se movem.

“*Landscape changes, naturally*” (Antrop 2006:187). A paisagem, por inerência do conceito, encontra-se em transformação contínua, num processo de adequação do território aos valores da sociedade e às procuras daí emergentes (Antrop 2005). A dinâmica da paisagem pode ser entendida como um processo de transformação decorrente das relações que se estabelecem entre a sociedade, as suas características sócio-demográficas, os seus valores e as suas actividades económicas, os contextos políticos e institucionais presentes, e o espaço onde se inscreve (figura 1). Muito embora

este processo de construção e transformação da paisagem, possa ocorrer de modo ‘espontâneo’ (Palang et al. 2000), o planeamento da paisagem no contexto do ordenamento do território, tem como objectivo orientar as acções no sentido de contrariar situações porventura caóticas e potencialmente conflituosas (Saraiva 1995; Antrop 1998). Contudo, as transformações que ocorrem na paisagem variam no tempo, em termos de diversidade, intensidade e velocidade (Vos e Meekes 1999), havendo actualmente uma percepção generalizada que o mundo se move globalmente a uma maior velocidade (Raskin et al. 2002).

Equacionar o futuro da paisagem é, assim, um exercício que se reveste de progressiva complexidade face às múltiplas forças motrizes que sobre esta actuam e ao ritmo de mutação a que estão sujeitas. Naveh (2005:353) reafirma a ideia que não é expectável que a paisagem do futuro seja directamente dedutível do passado: “*we can not predict the future of our landscapes and their rapid sometimes even chaotic changes by simply extrapolating from the past and present into a uncertain future*”.

FIGURA 1
Processo de construção e transformação da paisagem.



No entendimento que o futuro se enforma da interacção entre a sociedade e o meio, o processo de definição de cenários futuros passa, por um lado, pela identificação do conjunto de 'forças motrizes' a que a paisagem está sujeita e, por outro, pela identificação das expectativas daqueles que contribuem directamente para a sua construção.

As forças motrizes podem ser enunciadas como *"the social, demographic and economic developments in societies and the corresponding changes in life styles, overall levels of consumption and production patterns"* (EEA 1999:9). Deste modo, em termos económicos e sociais, no passado as paisagens rurais foram sobremaneira determinadas pelo sector agrícola e respectivo quadro político. No presente, embora a actividade agrícola ainda marque profundamente a expressão visível das paisagens rurais, ocupando vastas áreas do território continental (Cavaco 2005), a sua capacidade explicativa para desenvolvimentos futuros encontra-se substancialmente reduzida: *"(...) we can be sure that the future of the countryside will not be a continuation of past trends"* (Bishop e Phillips 2004:1). Várias são as políticas que concorrem para a construção da paisagem, sendo em primeira instância nacionais, mas numa economia cada vez mais global, as políticas situam-se em centros de decisão geograficamente cada vez mais distantes da paisagem local. Há que identificar movimentos globais que motivam alterações nos padrões de circulação de pessoas e bens, nas estruturas demográficas, na distribuição das actividades económicas e, também, alterações nas características ambientais associadas, por exemplo, às alterações climáticas (e.g., Antrop 2004; Klijn 2004).

As forças motrizes podem ser agrupadas em quatro áreas temáticas fundamentais (e.g., van Notten et al. 2003; Wilkinson 2001): dinâmicas sociais, económicas, políticas e tecnológicas, às quais se tem vindo a acrescentar, mais recentemente, uma

dimensão ambiental (e.g., South Wind 2001). Algumas 'forças motrizes' são passíveis de sofrer alterações reduzidas ou, dentro de limites expectáveis, no horizonte temporal considerado. Outras têm um comportamento mais 'incerto', (Schwartz e Ogilvy 1998) transformando-se em 'incertezas críticas', podendo ser hierarquizadas, de acordo com o grau de 'incerteza', com a 'magnitude' do impacte, e com a capacidade de 'controlo' sobre estes.

A identificação das forças motrizes está na base dos exercícios de cenarização. Na actualidade evidencia-se algum consenso face às principais 'incertezas críticas' do mundo actual. Destacam-se, por exemplo, o papel do Estado, tanto na sua contribuição para a ordem social (Raskin et al. 2002), como na sua relação com o mercado, em termos de regulação (Shell 2005), a evolução dos valores, associados à solidariedade social (Wilkinson 2001; Shell 2005), ao grau de envolvimento da sociedade civil (Artnet et al. 2006), ao estilo de vida e padrões de consumo, ou à valorização do ambiente, mas também as oportunidades e riscos do processo de globalização (Raskin et al. 2002; O'Brien 2000; EEA 2007; Klijn 2005; Shell 2005), os modelos de intervenção pública e o grau de centralização do poder – supra-nacional, nacional, regional ou local (Bertrand et al. 1999; EEA 2007).

Relativamente à identificação das expectativas daqueles que constroem a paisagem, a Convenção Europeia da Paisagem, assinada por Portugal em 2000 e ratificada em 2005 (Decreto 4/2005), estabelece que a aplicação de *"políticas da paisagem visando a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem"*, deve ser definida com base em *"Objectivos de Qualidade Paisagística"*, enquanto *"formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida"*. De acordo com



a Convenção Europeia da Paisagem, os 'Objectivos de Qualidade Paisagística' devem ser formulados em consonância com as "aspirações da população", por forma a integrar os valores e crenças da população local, assim como as suas especificidades sócio-económicas.

Definir os objectivos para a paisagem torna-se indissociável da definição de objectivos para o futuro em geral, sendo que um dos maiores desafios da actualidade é, certamente, *"envolver a sociedade num diálogo substantivo sobre o futuro que desejam"* (Costanza 2003:667), como base para a mobilização das comunidades locais em torno de um projecto comum de transformação da paisagem (Michelin 1998).

Em regiões economicamente dinâmicas, com uma população jovem e empreendedora, onde o leque de opções se equaciona entre procura e interesses concorrentes para o mesmo espaço, a discussão em torno das expectativas face à paisagem do futuro é um processo mais imediato. Já em regiões periféricas, como as paisagens que se encontram em declínio social e económico e onde a população mostra um elevado nível de desinvestimento, relativamente à perpetuação das actividades e à sua permanência nesse local, promover uma discussão sobre o futuro carece de um enquadramento metodológico adaptado a lidar com o maior grau de 'incerteza' associado a estas paisagens.

Estas paisagens rurais, designadas de 'paisagens rurais profundas e remotas' (Antrop 2004) ou, do ponto de vista estritamente sócio-económico, de 'espaços rurais marginais' (Ferrão et al. 2001) ou 'territórios de baixa densidade' (Baptista 1999; Martins e Figueiredo 2008) ocupam vastas áreas do território continental, correspondendo genericamente

aos espaços classificados como 'áreas críticas' no Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território. São áreas que não se inserem em nenhum sistema urbano ou metropolitano, nem nos corredores beneficiados com infra-estruturas viárias.

Nestas paisagem a definição de objectivos é beneficiada pela utilização de 'cenários exploratórios de paisagem' (Ramos 2008). Este tipo específico de cenários de paisagem resulta da articulação dos cenários de paisagem clássicos (e.g., Jones e Emmelin 1995; Palang et al. 2000; Nassauer et al. 2002; Tress e Tress 2003) com procedimentos provenientes do método dos cenários dos estudos de prospectiva, conforme proposto por Schwartz (1996) ou van der Heijden (1996), no sentido de fortalecer a base de construção dos cenários, tornando-os mais plausíveis e com maior capacidade de lidar com a 'incerteza' específica que as paisagens rurais enfrentam.

A natureza comunicativa e visual dos 'cenários exploratórios de paisagem' possibilita a apresentação de visões de futuros plausíveis com base em representações pictóricas, próximas da forma como a paisagem é experienciada pelo observador, permitindo, deste modo, redescobrir interesses e motivações, implícitos nas expectativas da população local.

No sentido de ilustrar o enquadramento metodológico para a identificação de "Objectivos de Qualidade Paisagística" foi conduzido um exercício exploratório no concelho de Mértola (Ramos 2008). Neste exercício estabelecem-se, inicialmente, as forças motrizes que podem no futuro (2030) vir a condicionar a paisagem local: (1) a 'coesão social' – a forma como os conflitos sociais podem degradar a qualidade de vida urbana; (2) os 'desafios ambientais' – reflectindo

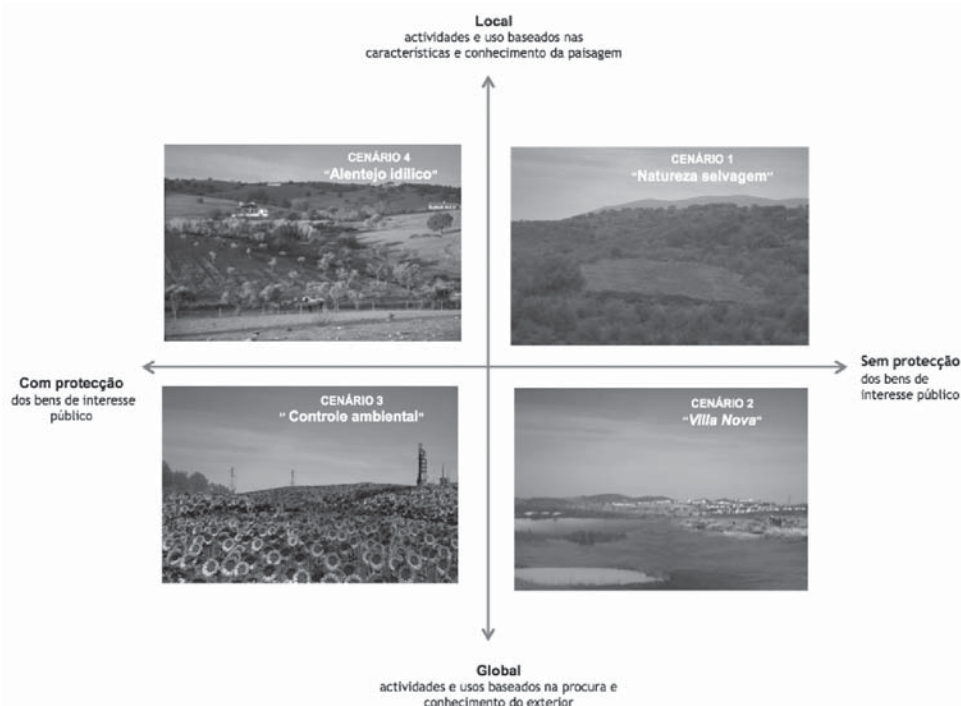
a necessidade de encontrar novas formas melhorar a gestão dos recursos naturais; (3) a 'disponibilidade de combustíveis fósseis' – o desenvolvimento de novas fontes e formas de produção e utilização de energia; (4) a 'inovação e desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação' – as oportunidades geradas em termos deslocalização das actividades económicas e de acesso a bens e serviços; (5) a 'estrutura demográfica' – tendo em conta a necessidade de procurar modos de gerar uma oferta específica para uma população europeia envelhecida; e ainda, (6) o 'modelo de ordenamento do território' adoptado - a forma como este será capaz de enfrentar as disparidades territoriais e impulsionar modos de vida mais sustentáveis.

De acordo com Pereira et al. (2003) no quadro do avanço do processo de globalização, as 'forças motrizes' e as principais 'incertezas' à escala local, coincidem com as identificadas à escala global, o que

permite recorrer a um processo de '*downscaling*' para a transferência de escalas. Nos cenários para Mértola foram identificadas como 'incertezas críticas', o grau de intervenção do Estado e escala da tomada de decisão (local/global), sobre as quais se constroem 4 cenários distintos que são posteriormente sujeitos a validação da sua plausibilidade por um painel de peritos. Estes cenários, primeiramente enunciados em narrativa, são transformados em cenários de paisagem, onde visualmente se representa a forma como as forças motrizes se podem vir a repercutir sobre a paisagem (figura 2).

Foram construídos 4 cenários: o Cenário 1 ("Natureza selvagem") assenta no desenvolvimento de actividades associadas à natureza, partindo do pressuposto de uma perda de relevância do sector agrícola e de população residente; no Cenário 2 ("Villa Nova") estão contempladas actividades no domínio do turismo residencial dedicado à 3ª idade,

FIGURA 2
Simulação visual dos quatro cenários de paisagem (Ramos 2008).



sendo aqui identificada como principal força motriz a alteração previsível na estrutura demográfica europeia; o Cenário 3 (“Controle ambiental”) encontra-se dedicado à produção de energia e o controle de emissões de CO²; no Cenário 4 (“Alentejo idílico”) considera-se a existência de investimento público na valorização da cultura local, dos valores patrimoniais e naturais, que se repercute na criação de emprego para novos residentes e também para a população local, e assim, numa dinamização económica e revitalização da comunidade local.

A simulação das paisagens resultantes em cada cenário serve de base à discussão com um painel de agentes locais. Constata-se que é fundamental, para assegurar um posicionamento por parte dos agentes locais, mostrar alternativas que podem comentar ou criticar, apoiar ou rejeitar, desenvolvendo uma linha de argumentação a favor ou contra determinado cenário. Ao integrar visões exteriores (i.e. dos peritos), é possível gerar cenários que não seriam necessariamente equacionados pela população local que, por estar demasiado embutida na paisagem, terá mais dificuldade em equacionar mudança e descontinuidade. Contudo, o melhor conhecimento que detêm da paisagem, tanto ao nível das suas condicionantes como das suas aptidões, levou os agentes a proporem combinações de cenários mais especificadas e localizadas no território do concelho, que poderiam ser integradas no âmbito do processo

de planeamento.

Pode-se concluir que a paisagem demonstrou ser um bom veículo de comunicação de várias alternativas de desenvolvimento para esse território, permitindo uma exploração do relacionamento da população com a paisagem local e a identificação de expectativas face à sua transformação futura. Considera-se, assim, que equacionar a paisagem do futuro, assumindo as ‘descontinuidades’ e procurando formas inovadoras e criativas de intervenção, pode constituir-se como oportunidade de criação de situações, que gerem novos equilíbrios entre a sociedade e o seu meio: *“societal pressure is changing, the environment is changing, and our demands on the landscape change”* (Klijn 2005:182).

REFERÊNCIAS

- Antrop M. (1998) Landscape change: plan or chaos? *Landscape and Urban Planning* 41:155-161.
- Antrop M. (2004) Rural–urban conflicts and opportunities. In: *The New Dimensions of the European Landscape*. Rob Jongman (ed). UR Frontis Series 4, Springer, Wageningen, pp. 83-91.
- Antrop M. (2005) Why landscapes of the past are important for the future. *Landscape and Urban Planning* 70 (1-2):21-34.
- Antrop M. (2006) Sustainable landscapes: contradiction, fiction or utopia? *Landscape and Urban Planning* 75 (3-4):187-197.
- Artnr A., Frohnmeyer U., Matzdorf B., Rudolph I., Rother J., Stark G. (2006) *Future Landscapes: perspektiven der Kulturlandschaft*. Bundesministerium für Verkehr, Bau und Stadtentwicklung. Berlin.
- Baptista A. (1999) Políticas para o desenvolvimento do interior: um contributo para o PNDES 2000-2006. *Estudos Regionais* 2. CCRC, Coimbra.
- Bertrand G., Michalski A., Pench L. (1999) *Scenarios Europe 2010: five possible futures for Europe*. Working Paper European Commission Forward Studies Unit. europa.eu.int/comm/cdp/scenario/resume/index_en.htm, 25 de Abril de 2003.
- Costanza R. (2003) A vision of the future of science: reintegration of the study of humans and the rest of nature. *Futures* 35:651-671.
- EEA (2007) *Land-use scenarios for Europe: qualitative and quantitative analysis on a European scale (PRELUDE)*. Report No 9. Copenhagen.
- Ferrão J., Ferreiro F., Lopes R. (2001) *Population and Entrepreneurship Surveys National Report: Portugal. The Future of Europe's Rural Periphery -The Role of the Entrepreneurship in Responding to Employment Problems and Social Marginalisation*. HPSE-CT-1999-00013 - Project Deliverable 2, ISCTE, Lisboa.
- Jones M., Emmelin L. (1995) Scenario Studies for the Rural Environment. In: J.F.T. Schoute, P.A. Finke, F.R. Veeneklaas, H.P. Wolfert (eds) *Scenario studies for the rural environment; selected and edited proceedings of the symposium Scenario Studies for the Rural Environment*. Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, pp. 405-413.
- Klijn J., Vullings L., van der Berg M., van Meijl H., van Lammeren R., van Rheenen T., Tabeau A., Veldkamp A., Verburg P., Westhoek H., Eickhout B. (2005) *The EURURALIS study: Technical document*. Alterra-rapport 1196, Wageningen.
- Martins N., Figueiredo C. (2008) *PROVERE. Programas de Valorização Económica de recursos endógenos. Das ideias à acção: visão e parcerias*. DPP. Lisboa.
- Michelin Y. (1998) Des appareils photo jetables au service d'un projet de développement : représentations paysagères et stratégies des acteurs locaux de la montagne thiernoise. *Cybergeog: Politique, Culture, Représentations*, article 65, <http://www.cybergeog.eu/index5351.html>, 2 de Maio de 2008
- Nassauer J., Corry R., Cruse R. (2002) The landscape in 2025: alternative landscape future scenarios as a means to consider agricultural policy. *Journal of Soil and Water Conservation* 57 (2):44A-53A.
- Naveh Z. (2005) Towards a transdisciplinary landscape science. In: John Wiens. Michael Moss (eds) *Studies in Landscape Ecology*. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 346-354.
- O'Brien P. (2000) *Scenario Planning: A Strategic Tool*. Bureau of Rural Sciences Agriculture, Fisheries and Forestry Australia (AFFA). Canberra.
- Palang H., Alumäe H., Mander Ü. (2000) Holistic aspects in landscape development: a scenario approach. *Landscape and Urban Planning* 50 (1-3):85-94.
- Pereira H., Domingos T., Vicente L. (2003) Report on the user needs and response options. Portuguese Sub-Global Assessment of the Millennium Ecosystem Assessment. <http://www.ecossistemas.org>, 20 de Fevereiro de 2008.



- Ramos I.L. (2008) As Dinâmicas da Paisagem Rural: a formulação de cenários como instrumento de apoio ao planeamento. Dissertação submetida para obtenção do Grau de Doutor em Engenharia do Ambiente. Instituto Superior Técnico. Lisboa.
- Raskin P., Banuri T., Gallopín G., Gutman P., Hammond A., Kates R., Stewart R. (2002) Great Transition. The Promise and Lure of the Times Ahead. A report of the Global Scenario Group. Stockholm Environment Institute. Boston. <http://www.gsg.org>, 27 de Dezembro de 2006.
- Saraiva M.G. (1995) O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território. Dissertação para a obtenção do grau de doutoramento. ISA, Lisboa.
- Schwartz P. (1996) The Art of the Long View: Planning for the Future in an Uncertain World. Currency Doubleday, New York.
- Schwartz P., Ogilvy J. (1998) Plotting your scenarios. In: Liam Fahey, Robert Randall (eds) Learning from the Future: Competitive Foresight Scenarios. Wiley & Sons, New York, pp. 57-80.
- Shell (2005) The Shell Global Scenarios to 2025 - The future Business Environment: trends, trade-offs and choices. Shell International Limited. Londres.
- Tress B., Tress G. (2003) Scenarios visualisation for participatory landscape planning – a study from Denmark. Landscape and Urban Planning 64: 161-178.
- Van der Heijden K. (1996) Scenarios: the art of strategic conversation. John Wiley and Sons, Chichester.
- Vos W., Meekes N. (1999) Trends in European cultural development: perspectives for a sustainable future. Landscape and Urban Planning 46:3-14.
- Wilkinson L. (2001) How to build scenarios. <http://www.wired.com/wired/scenarios/build.html>, 13 de Abril de 2004.